

# José Geraldo mente, se contradiz e sua cassação é tida como certa

O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), um dos sete anões da Comissão de Orçamento, foi massacrado durante o seu depoimento de seis horas ontem na CPI. Não conseguiu dar respostas consistentes a nenhuma das denúncias formuladas contra ele, caiu em várias contradições e foi pilhado pelo menos duas vezes em mentiras grosseiras. "É peça encerrada. A CPI não precisa mais fazer investigação sobre ele", avaliou o deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF), ao final do depoimento.

Amparados nas provas recolhidas pelas subcomissões de Bancos, de Patrimônio, de Emendas e de Subvenções Sociais, os integrantes da CPI mostraram-se muito mais preparados do que nos depoimentos anteriores. Com perguntas objetivas e documentos à mão, os deputados da comissão acusaram José Geraldo, deixando claro que ele desviou verbas das subvenções sociais e montou um sofisticado esquema para a aprovação de emendas para as empresas de engenharia de sua propriedade e de seus familiares.

**Fantasma** — A comissão descobriu em nome do deputado um cheque de Cr\$ 30 milhões emitido pela Associação Cultural Caldas da Rainha, entidade "fantasma" criada por ele para receber subvenções sociais. O cheque do Banco Rural, emitido em 2 de outubro de 1990,

foi assinado por Míriam Bueno Teixeira, diretora das entidades "filantrópicas" criadas por José Geraldo e gerente da holding das suas empresas — a RLMG. No mesmo dia a conta do deputado no Banco do Brasil, em Brasília, registrou depósito de Cr\$ 30 milhões.

A exibição do cheque pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) foi o golpe final da CPI para desmontar o depoimento prestado ontem à comissão por José Geraldo. Desconcertado, o deputado mineiro tentou argumentar que o cheque fora emitido em seu nome, sem seu conhecimento e autorização. Apesar de ter tentado esboçar uma defesa, José Geraldo admitiu ser ligado a empreiteiras e ter criado entidades sociais, com sede na sua empresa Engesolo, para receber subvenções do Governo. Ele reconheceu como sua a assinatura nos termos do acordo entre o Departamento de Orçamento da União e a Comissão de Orçamento do Congresso para que as emendas dos "sete anões" fossem incorporadas ao projeto orçamentário de 1992, preparado pelo Executivo.

**Confissão** — "Não foi um depoimento, mas uma confissão", disse o deputado José Dirceu (PT-SP), responsável por um dos principais golpes que desarmaram a estratégia de defesa de José Geraldo. Depois

de negar três vezes que era proprietário da Fazenda Flores Alegres, em Januária (MG), o deputado não soube o que dizer quando viu o cheque 07697, de 17 de maio de 1990, assinado por ele, de NCr\$ 4 milhões, emitido a favor de Rima Florestal S.A. O cheque do Banco Rural, conforme registro no verso, destinou-se à compra da fazenda.

José Geraldo percebeu que não adiantaria a Roberto argumentar contra as provas apresentadas. Roberto Magalhães indagou a José Geraldo se tinha condição de explicar depósitos em sua conta pessoal do Banco Rural, de US\$ 356 mil, em 1989; de US\$ 764 mil em 1990; de US\$ 445 mil em 1991; e de US\$ 669 mil em 1992, num total de US\$ 2.234 milhões. "Não", respondeu o depoente.

Desde o começo do depoimento o deputado mineiro confirmou ter criado as entidades "filantrópicas" Caldas da Rainha, Pampulha e Porto Velho e conseguido para elas a liberação de US\$ 264 mil, do orçamento de 1992. As três têm sede no escritório da Engesolo. Segundo José Geraldo, as entidades foram criadas para tentar ganhar nove concessões de canais retransmissores da "TV Educativa". Ele, no entanto, só conseguiu concessão para instalar sete, todos dados pelo ex-ministro da Educação Carlos Sant'Anna, no governo Sarney.